

## A atuação dos Dominicanos na Reforma Católica em Goiás (1881-1897)

### The Role of the Dominicans in the Catholic Reformation in Goiás (1881-1897)



[https://doi.org/ 10.23925/ua.v28i45.e66988](https://doi.org/10.23925/ua.v28i45.e66988)

Paulo Afonso Tavares<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo objetiva discutir a atuação dos Dominicanos na Reforma Católica em Goiás (1881-1897). Para tanto, apresenta o contexto histórico da Diocese de Goiás, introduzindo datas e nomes importantes para esta Diocese; discute conceitos essenciais, como Reforma, Ultramontanismo, Romanização e a relação destes com o Padroado; disserta sobre a Reforma Católica na Diocese de Goiás, por meio das ações de três bispos reformadores: Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1864-1876); Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) e Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1897); e, por fim, analisa a importância da Ordem Dominicana no processo de Reforma Católica na Diocese de Goiás, suas diretrizes e seus principais legados. A metodologia empregada no desenvolvimento deste artigo foi a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outros estudos acadêmicos, além da pesquisa documental em materiais pertinentes à temática abordada, permitindo concluir que a atuação dos Dominicanos na Reforma Católica em Goiás deixou um legado duradouro, influenciando não apenas a esfera religiosa, mas também a educação, a cultura e o desenvolvimento social na região, mudando o curso da Diocese e do Cristianismo em Goiás, cujos impactos culturais e históricos se estendem até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Diocese de Goiás; Reforma Católica; Dominicanos.

**Abstract:** The This study aims to discuss the role of the Dominicans in the Catholic Reformation in Goiás (1881-1897). To this end, it presents the historical context of the Diocese of Goiás, introducing dates and important names for this Diocese; discusses essential concepts such as Reformation, Ultramontanism, Romanization, and their relation to the Patronage system; elaborates on the Catholic Reformation in the Diocese of Goiás through the actions of

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC/GOIÁS  0000-0002-6950-6451, [jor.pauloafonso@gmail.com](mailto:jor.pauloafonso@gmail.com).

three reformist bishops: Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1864-1876), Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890), and Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1897); and finally, analyzes the significance of the Dominican Order in the process of the Catholic Reformation in the Diocese of Goiás, its guidelines, and main legacies. The methodology used in the development of this article was bibliographic research in books, articles, and other academic studies, as well as documentary research on materials relevant to the theme addressed, allowing the conclusion that the Dominicans' role in the Catholic Reformation in Goiás left a lasting legacy, influencing not only the religious sphere but also education, culture, and social development in the region, changing the course of the Diocese and Christianity in the state of Goiás, whose cultural and historical impacts extend to the present day.

**Keywords:** Diocese of Goiás; Catholic Reformation; Dominicans.

## Introdução

O presente estudo objetiva discutir a atuação dos dominicanos na reforma católica em Goiás (1881-1897). A atuação dos dominicanos na Reforma Católica em Goiás, no período de 1881 a 1897, refere-se à participação da Ordem dos Pregadores, conhecida como Dominicanos, nas transformações e reformas ocorridas na Igreja Católica durante esse período.

A Reforma Católica, conhecida como Contrarreforma, foi um movimento liderado pela Igreja Católica Romana no final do século XVI e no decorrer do século XVII, em resposta à Reforma Protestante, com o propósito de revitalizar e reforçar a ortodoxia católica, combater a expansão do protestantismo e abordar problemas internos dentro da Igreja.

O estudo se justifica no sentido de esclarecer a atuação dos Dominicanos no contexto específico de Goiás, já que o período entre 1881 e 1897 foi marcado por mudanças sociais, políticas e religiosas relevantes. Os Dominicanos desempenharam um papel significativo na implementação da Reforma Católica na região. Suas atividades incluíram a promoção da fé católica, a educação religiosa, a construção de igrejas e escolas, bem como a organização de eventos litúrgicos.

Dentro desse contexto, releva destacar que os Dominicanos, como membros de uma ordem religiosa, estavam comprometidos com a promoção da ortodoxia católica e a defesa dos ensinamentos e dogmas da Igreja. Eles contribuíram para a formação espiritual da população, influenciando a prática religiosa e fortalecendo a presença da Igreja Católica na sociedade goiana da época.

Adicionalmente, é necessário considerar que a atuação dos Dominicanos não se restringiu somente ao campo religioso, mas também teve impactos sociais e culturais na região. A metodologia empregada no desenvolvimento deste artigo foi a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outros estudos acadêmicos, além da pesquisa documental em materiais pertinentes à temática abordada.

O conteúdo do estudo encontra-se estruturado em quatro seções, além da introdução e considerações finais: a primeira seção apresenta o contexto histórico da Diocese de Goiás, apresentando datas e nomes importantes para esta Diocese; a segunda

seção discute conceitos essenciais, como Reforma, ultramontanismo, romanização e a relação destes com o padroado; a terceira seção disserta sobre a reforma católica na Diocese de Goiás, por meio das ações de três bispos reformadores: Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1864-1876), Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) e Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1897); e, por fim, a quarta seção analisa a importância da Ordem Dominicana no processo de reforma católica na Diocese de Goiás, suas diretrizes e principais legados.

## 1 A criação da Diocese de Goiás: breve histórico e peculiaridades

A Diocese de Goiás localiza-se na porção oeste do estado de Goiás, fazendo fronteira com a Arquidiocese de Goiânia e com as Dioceses de Rubiataba-Mozarlândia, Anápolis, Uruaçu e São Luís de Montes Belos, no estado de Goiás, além da Diocese de Barra do Garças, no estado de Mato Grosso.

Apesar de ter ganho destaque devido às suas iniciativas contemporâneas em prol das causas das minorias (negros, pobres, sem-terra, incapazes, entre outros), a Diocese de Goiás foi estabelecida por meio da bula papal *Candor Lucis Aeternae* (Candor da Luz Eterna), concedida pelo Papa Bento XIV em 6 de dezembro de 1745. Somente em 1782 foi designado o primeiro prelado.

O primeiro a ser nomeado foi Dom Frei Vicente do Espírito Santo, que não assumiu a posição; o segundo, Dom José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, renunciou à prelazia distante após ser designado deão da Capela Real da Vila de Viçosa. O terceiro nomeado, Dom Vicente Alexandre de Tovar, um brasileiro nascido na Bahia, foi o primeiro prelado a assumir o cargo, mesmo que por meio de procuração entregue ao Padre Vicente Ferreira Brandão. O quarto nomeado, Dom Antônio Rodrigues de Aguiar, natural do Rio de Janeiro, nomeado pela Carta Régia de 11 de dezembro de 1810, assumiu por procuração ao Padre Vicente Ferreira Brandão em 1811. O quinto prelado, Dom Francisco Ferreira de Azevedo, originário de Salvador, Bahia, designado em 1818, assumiu por procuração em 1819, representado pelo Cônego Luís Antônio da Silva e Souza, sendo o primeiro bispo a

chegar ao seu destino em 21 de outubro de 1824. Este último prelado foi o responsável pela promoção da Prelazia de Goiás a bispado por meio da bula *Sollicita Catholici Gregis Cura* (Cuidado Meticuloso com o Rebanho Católico), em 15 de julho de 1826. Dessa forma, ele se tornou o primeiro bispo a assumir o cargo e chegar à prelazia, sendo o primeiro bispo da recém-criada diocese.

A sequência de bispos que se seguiu foi a seguinte: 2º bispo, Dom Domingos Quirino de Souza (1861-1863); 3º bispo, Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1864-1876); 4º bispo, Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876); 5º bispo, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890); 6º bispo, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1890), que não assumiu; 7º bispo, Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1897); 8º bispo, Dom Prudêncio Gomes da Silva (1907-1921).

Em 18 de novembro de 1932, por meio da bula *Quae in faciliorem* (O que facilita) do Papa Pio XI, a diocese foi elevada à condição de arquidiocese e sede metropolitana. Esse acontecimento ocorreu durante o episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1922-1955), que foi o 9º bispo da diocese e o 1º arcebispo da recém-criada arquidiocese.

Em 26 de março de 1956, por meio da bula *Sanctissima Christi Voluntas* (A Santíssima Vontade de Cristo) do Papa Pio XII, a Arquidiocese de Goiás foi extinta. Na mesma data, mediante a bula *Quo gaudio* (Com que alegria) também do Papa Pio XII, foi criada a nova Diocese de Goiás, desmembrada tanto da antiga Arquidiocese de Goiás quanto da Prelazia 'Nullius' de Bananal, que igualmente foi extinta na mesma ocasião. O primeiro bispo da nova diocese foi Dom Cândido Bento Maria Penso, servindo de 1956 a 1959, seguido por Dom Abel Ribeiro Camelo (1960-1966), Dom Tomás Balduino (1967-1998), Dom Eugênio Rixen (1999-2020) e Dom Jeová Elias Ferreira (2021 até os dias atuais).

Na imagem abaixo, é possível identificar o mapa da Diocese de Goiás. No entanto, o mapa utilizado é do final do século XIX, mostrando o tamanho da Diocese na época, que ocupava os territórios correspondentes aos atuais estados de Goiás, Tocantins e o Triângulo Mineiro.



Figura 1 – Mapa da diocese de Goiás ao final do século XIX

Fonte: Silva (2006)

Por esta análise histórica, observa-se que a Diocese de Goiás passou por significativas transformações em sua trajetória, o que contribuiu para sua atual dimensão e relevância. Nesse percurso histórico, diversos personagens e eventos desempenharam papéis fundamentais como agentes de mudança, formando o contexto no qual a história da Diocese de Goiás se desenvolveu. Esses elementos e conceitos serão apresentados e discutidos nas seções subsequentes.

## 2 Reforma Católica, Ultramontanismo e ligação entre Romanização e Padroado

No contexto das várias reformas que estavam em curso no continente europeu, a Reforma Católica começou a se fortalecer nos anos entre 1545 e 1563. Durante esse período, realizou-se o Concílio de Trento, com o propósito de reforçar de maneira mais enfática a disciplina eclesiástica e a unidade da fé católica (Plans, 2019). Antes dele, a autoridade papal, e até mesmo a continuidade do papado, pareciam estar em questão. No entanto, ao término do Concílio, a autoridade papal foi confirmada, fato evidenciado principalmente pelo pedido do Concílio ao papa para a confirmação de suas decisões e sua subsequente execução, restaurando assim sua função como autoridade nas consciências (Dreher, 1996).

Entre as resoluções do Concílio de Trento, incluíam-se a reorganização do Tribunal do Santo Ofício (Souza, 2012), a fundação da Companhia de Jesus e a elaboração do Index Librorum Prohibitorum, uma lista de livros proibidos pela Igreja (Silva, 2021). Além disso, houve um aumento no estímulo à catequização dos nativos do Novo Mundo, a adoção da Vulgata como a tradução bíblica oficial e a reafirmação de princípios como o celibato pontifício e a autoridade do papa (Dreher, 1996). Algumas interpretações historiadoras veem essas decisões como uma resposta ao luteranismo.

Em meio às reafirmações da Reforma Católica, destaca-se a manutenção da representação de santos por meio de imagens, que eram objeto de culto. O movimento artístico barroco surge como um importante aliado da Igreja, contribuindo para intensificar a fé dos católicos por meio de obras de arte. Nesse período, os seminários foram estabelecidos com o objetivo de investir na formação intelectual dos bispos, que, antes da Contrarreforma, levavam uma vida sem muitas regras e marcada por excessos (Dreher, 1996).

A expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, marcou um intervalo até que uma segunda tentativa de implementar a reforma tridentina foi realizada pelo bispo Dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722), que, diante da impossibilidade de realizar um Sínodo Provincial, organizou apenas um Sínodo Diocesano em 1707. Nesse evento, foram elaboradas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, representando o primeiro código canônico brasileiro e o único até o fim do Império,

estabelecidas segundo os preceitos tridentinos e governando todas as dioceses brasileiras no Período Imperial, sendo frequentemente citadas pelos bispos e na legislação civil. A obra foi reeditada em 1853 (Xavier, 2022).

Na ausência dos Jesuítas e sob a influência do “pombalismo”, o Regalismo de inspiração Jansenista infiltrou-se amplamente na Igreja brasileira, acompanhado por uma forte influência do Iluminismo e, posteriormente, na primeira metade do século XIX, do Liberalismo. Contudo, quando o Ultramontanismo começou a predominar no episcopado brasileiro, a tendência de adequar a Igreja no país aos princípios tridentinos foi retomada, fazendo isso em sintonia com o espírito de sua época, alinhando-se sucessivamente com as orientações do Papa Pio IX contidas em suas encíclicas *Quanta Cura* e no *Syllabus*, bem como em relação ao Concílio Vaticano I (Santirocchi, 2010).

Em resumo, os alicerces da reforma eclesial conduzida pelo clero no Brasil foram os preceitos tridentinos e o Ultramontanismo, que desconfiava de certos aspectos da modernidade. No decorrer do século XIX, os membros do clero ou leigos católicos que se opunham ao Liberalismo e ao Regalismo no Brasil eram pejorativamente chamados por seus oponentes de “ultramontanos” e “jesuítas” (ou jesuítas disfarçados). Após alguma resistência inicial, esses indivíduos aceitaram a designação de “ultramontanos”, compreendendo que isso representava uma adesão plena à ortodoxia e fidelidade ao papa, tornando-se os agentes da implementação da reforma eclesiástica que prevaleceu, enquanto a tentativa de reforma de natureza liberal-regalista liderada pelo Liberalismo eclesiástico não teve êxito. Assim, os termos “ultramontanismo” e “reforma” foram aceitos e utilizados por ambas as partes ao longo de todo o século XIX (Santirocchi, 2010).

Nesse contexto, uma corrente de líderes católicos propôs uma reforma na forma como a Igreja conduzia suas atividades no Brasil. Dois bispos, Dom Antônio Ferreira Viçoso e Dom Antônio Joaquim de Mello, desempenharam papéis fundamentais nesse processo, delineando as diretrizes da reforma ultramontana no Segundo Reinado. Posteriormente, outros bispos ultramontanos seguiram, em linhas gerais, o modelo que eles estabeleceram, adaptando-o conforme as particularidades de suas dioceses e personalidades (Santirocchi, 2014).

Portanto, essas reformas foram impulsionadas com a chegada dos ultramontanos ao



Brasil, os quais notaram uma significativa discrepância nas práticas das igrejas em relação à doutrina estabelecida pela Santa Sé. Diante disso, reconheceram a necessidade de iniciar uma reforma na forma de lidar com a sociedade, muitas vezes restringindo a participação de seus membros na política, algo que era comum até então.

Quanto ao ultramontanismo, refere-se à doutrina e à política católica que busca em Roma sua principal referência. Esse movimento teve origem na França na primeira metade do século XIX e tem como objetivo a defesa do poder e das prerrogativas do papa em questões de disciplina e fé. Durante os pontificados de Pio IX (1846-1878) e de seu sucessor Leão XIII (1878-1903), intensificaram-se as ações da Igreja Católica no sentido de combater a expansão do Liberalismo, do Racionalismo e de seus impactos nos campos religioso, filosófico e político. Esse enfrentamento ao mundo moderno ficou conhecido como ultramontanismo, pois preconizava a total submissão dos poderes temporais à autoridade papal, situada “além dos Alpes” (Coelho, 2016).

As características gerais desse movimento incluem a defesa da supremacia da autoridade papal sobre os estados nacionais, o retorno à escolástica como doutrina fundamental para o catolicismo, a revitalização de ordens e atividades missionárias (como a Companhia de Jesus e os Redentoristas) e o alerta para os “perigos” e “inimigos da Igreja” (Galicismo, Jansenismo, Regalismo, Liberalismo em todas as suas vertentes, Protestantismo, Maçonaria, Socialismo, separação entre Igreja e Estado etc.). Essa corrente católica tornou-se predominante em cargos de relevância para a administração da instituição, culminando no Concílio Vaticano I, realizado entre 1869 e 1870 (Gomes Filho, 2019).

Essa situação demandava um aumento no número de sacerdotes dentro da população, o que, de certa forma, foi viabilizado pela criação de dioceses sob a administração de bispos reformadores, um mecanismo eficaz para a implementação do Ultramontanismo. Além disso, é evidente que a relação entre a romanização e o Padroado era conflituosa e tensa, sendo a primeira uma reação contra os limites da segunda, além de representar uma orientação firme e rígida para estabelecer uma fé mais centralizada nos dogmas da Igreja e na autoridade papal (Azzi, 2008). Isto posto, importa conhecer como se deu a Reforma Católica na Diocese de Goiás, tema abordado na próxima seção.

### 3 A Reforma Católica na Diocese de Goiás

A Reforma Católica na Diocese de Goiás, assim como em outras partes do Brasil, representou uma resposta à diluição das práticas católicas, que estavam se afastando das diretrizes de Roma e da primazia do papado sobre a autoridade da igreja. Nesse processo de reformulação, ou mais precisamente, nesse retorno aos princípios da Contrarreforma, alguns bispos reformadores desempenharam papéis significativos.

Destacam-se entre eles: Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1864-1876), o 5º bispo de Goiás; Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890), o 7º bispo de Goiás; e Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1897), o 8º bispo de Goiás. Esta seção aborda a Reforma Católica em Goiás a partir da atuação desses três bispos, bem como da relação dos Dominicanos e dos Redentoristas alemães nesse processo reformista (Silva; Moreira, 2010).

Antes da efetivação mais intensa da romanização, o catolicismo em Goiás caracterizava-se pela presença do catolicismo laico. O clero secular não dispunha de uma formação sólida, pois não havia um acompanhamento adequado de suas atividades e qualificação. O catolicismo reformado foi introduzido no Brasil por meio dos esforços do clero em reorganizar a administração, a liturgia e a doutrina católicas.

Isso representou uma tentativa de retomar o controle, uma vez que, até então, essas questões estavam mais ligadas a irmandades e confrarias, que eram representantes do catolicismo popular, com suas festas e expressões associadas a contextos familiares e domésticos (Scolaro, 2014).

Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo foi um dos clérigos engajados na mudança. Nasceu em 1814, no Maranhão, filho de José Gonçalves de Azevedo e de Teresa de Jesus Azevedo. Estudou no Seminário de Santo Alexandre, em Belém do Pará, e foi ordenado sacerdote em 1837. Dois anos após, tornou-se cônego catedrático da Santa Sé de Belém. Simultaneamente, ocupou os cargos de vigário geral e reitor do Seminário de Belém, sendo aluno de Dom Romualdo de Souza Coelho, pioneiro da reforma católica no Pará. Com a chegada desse bispo, teve início a campanha ultramontana contra as mudanças de pensamento associadas à laicização e ao cientificismo europeus.

Em meio à contemporaneidade com a Guerra do Paraguai, ele percebeu que esse contexto de laicização e guerra era propício para os católicos se voltarem para a religião, praticando-a. O cônego considerava que o antídoto para esses “males” consistia em “uma grande compreensão do temor de Deus, a prática sadia de nossa Divina Religião por intermédio da oração e frequência dos Santos Sacramentos” (SILVA; MOREIRA, 2010, p. 175).

Importa destacar que Dom Joaquim realizou diversas ações notáveis, incluindo a fundação do Seminário Santa Cruz, onde ordenou seis sacerdotes. Além disso, estabeleceu uma residência episcopal em 1876, que servia mais como uma casa de campo, pois ficava um pouco distante da capital. Outra iniciativa importante foi o empenho na reconstrução da catedral, que era a Matriz de Sant’Anna de Goiás. Apesar de ter obtido financiamento, não conseguiu concluir a obra devido à sua transferência para Salvador em 1876 (Santos, 1985).

As contribuições mais significativas de Dom Joaquim em Goiás incluem a introdução das visitas pastorais e a elaboração de cartas pastorais destinadas ao clero. Contudo, seus esforços reformadores foram prejudicados pelo desinteresse político local em relação à causa, bem como por eventos como a Questão Religiosa e a Guerra do Paraguai (Santos, 1985).

Em 24 de julho de 1881, Dom Cláudio José Ponce de Leão foi sagrado bispo de Goiás. Nascido em São Salvador, Bahia, em 1841, era filho do desembargador Domingos José Gonçalves Ponce de Leão e de dona Gertrudes Gonçalves Araújo. Coursou engenharia, mas abandonou o curso para se dedicar à carreira religiosa. Em agosto de 1863, tornou-se religioso ao procurar os Padres da Missão de São Vicente de Paulo, os Lazaristas.

Dom Cláudio deixou a diocese goiana em julho de 1890, após ser transferido para a diocese de Porto Alegre. Em sua passagem por Goiás, a carta pastoral mais relevante em relação à sua ação ultramontana é a referente ao Sínodo Diocesano. Esta carta atesta seu compromisso reformador e a implementação de mudanças efetivas na formação e reforma do clero secular goiano, contando com o auxílio de congregações na missão de proporcionar à sociedade da época uma educação nos moldes dos colégios católicos (Santos, 2004).

O bispado de Dom Cláudio foi marcado por diversas ações, incluindo o restabelecimento do Seminário Santa Cruz, visitas a freguesias, viagens à Corte para obtenção de recursos financeiros, aquisição de um prédio para o Palácio Episcopal, celebração de sacramentos como batismos, confissões e casamentos. Destacam-se seus discursos contra a laicização e as “falsas” religiões. Ele também estabeleceu diretrizes sobre como realizar os sacramentos, organização de livros eclesiásticos, a duração e os ornamentos das missas, a constituição do pão e do vinho, e definiu deveres paroquiais e sacerdotais (Silva, 2006).

O Sínodo Diocesano foi o principal empreendimento ultramontano de Dom Cláudio, visando a reforma do clero e a transformação da fé dos fiéis em direção à fé católica romana. Este evento enfatizou a importância da penitência, orações, esmolas e obediência aos sacramentos, estabelecendo metas a serem seguidas nas paróquias da diocese. No contexto de sua ação romanizante, Dom Cláudio contou com o estabelecimento da Sociedade de São Vicente de Paulo e o auxílio dos missionários dominicanos (Silva, 2006).

Dom Eduardo Duarte da Silva, um dos notáveis bispos ultramontanos em solo goiano, nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, em 1852. Filho do cônsul brasileiro na Espanha, Carlos Duarte da Silva, e de dona Maria Leopoldina Marques Guimarães, ele foi educado por Padres Lazaristas e Jesuítas em Florianópolis. Demonstrou desde cedo interesse pela carreira eclesiástica e, em 1868, partiu para Roma. Em 1874, concluiu seus estudos em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana, sendo ordenado presbítero. Durante seu período em Roma, testemunhou a promulgação do Concílio Vaticano I (1869-1870) e a proclamação do dogma da infalibilidade papal pelo Papa Pio IX. Permaneceu na cidade até completar seu doutorado em 1875 (Quadros, 2008).

#### 4 A Ordem dos Pregadores

Inicialmente conhecida como Ordem dos Frades Pregadores, esta instituição foi fundada por São Domingos de Gusmão no século XIII. Era uma ordem regular dentro da Igreja Católica, exigindo de seus membros um comprometimento especial com a oração,

estudo e com o ensino. Seu principal objetivo era a pregação do evangelho e a conversão ao cristianismo.

A Ordem incluía votos de pobreza e castidade. Diferenciava-se de outras ordens ao enfatizar aspectos urbanos, como a vida em comunidade e a itinerância, em contraste com aquelas dedicadas ao isolamento e ao trabalho agrícola (Pontes, 1931). A Ordem Dominicana exercia considerável influência no cenário religioso e era empregada em algumas missões diplomáticas eclesásticas.

No Brasil, a presença dos Dominicanos só se consolidou no final do século XIX, com a primeira fundação realizada por Frades Dominicanos franceses da Província de Tolosa em Uberaba, no sul de Minas Gerais, que pertencia a Diocese de Goiás. Seu objetivo era atender às necessidades da população do interior de Minas e Goiás, além de estabelecer uma missão junto aos indígenas do Araguaia (Santos, 1996).

Os Dominicanos chegaram ao Brasil em 1881, sendo convidados por Dom Cláudio Ponce de Leon. A formação e fortalecimento da Missão Dominicana no Brasil estavam intimamente ligados ao movimento de renovação da Igreja no país, especialmente ao projeto reformador do bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leon. A ação apostólica da Ordem dos Frades Pregadores desempenhou um papel significativo como um sólido suporte às aspirações do bispo de Goiás em sua iniciativa de revitalizar a Igreja na diocese de Goiás (Santos, 1996).

Naturalmente, toda a Missão Dominicana no Brasil estava integrada ao projeto apostólico de Dom Cláudio. No entanto, existiam alguns aspectos que seria interessante esclarecer de forma mais específica. Para concretizar seu projeto apostólico na Igreja de Goiás, Dom Cláudio necessitava de sacerdotes dedicados e alinhados com sua visão, prontos para auxiliá-lo na árdua tarefa de pregar a missão em todos os cantos de sua vasta e desafiadora diocese (Bressanin, 2015).

Os Frades Dominicanos desempenharam um papel crucial como colaboradores de Dom Cláudio, especialmente na formação do clero. Sua presença na diocese serviu como estímulo para instigar os padres diocesanos a incorporar os novos valores propostos pelo movimento reformador na Igreja Católica, os quais eram defendidos pelo bispo de Goiás. A contribuição principal para a reforma do clero se deu, sobretudo, pelo apoio ao bispo

durante as visitas pastorais, na pregação de missões e como professores no Seminário da diocese. Em alguns casos, os frades dominicanos chegaram a assumir a direção do seminário por um período determinado (Santos, 1996).

O objetivo do missionário era estabelecer, no coração do sertão goiano, uma civilização cristã nos moldes europeus: uma sociedade de cristãos batizados em que as pessoas participassem regularmente dos sacramentos da eucaristia e confissão; uma comunidade sem uniões consensuais ou adultérios; em suma, uma sociedade com os valores tradicionais da civilização cristã ocidental. Ao se deparar com a realidade local, ele faria adaptações apropriadas aos costumes brasileiros, desde que não contrariassem as leis expressas pela Igreja (Santos, 1996).

Dessa forma, em Uberaba, uma cidade no extremo sul da então Diocese de Goiás, situada no triângulo mineiro, os Dominicanos estabeleceram o primeiro convento da Ordem Dominicana no Brasil. Ao lado da Igreja de Santa Rita, em um casarão colonial construído por um frade capuchinho, os Dominicanos deram início à sua missão em solo brasileiro.

Enquanto desempenhava suas responsabilidades na extensa diocese, Dom Cláudio percebeu a necessidade de um atendimento mais eficiente em determinados pontos estratégicos, nos quais a população carecia de um suporte eclesial mais abrangente. Impressionado pelo trabalho promissor dos frades dominicanos no triângulo mineiro, ele mais uma vez solicitou ao superior da Ordem a designação de mais missionários capazes de adentrar o interior da Diocese de Goiás. Em 1883, Frei Reginaldo Colchen, que era o Provincial em Toulouse, enviou alguns frades para a sede da diocese e capital da província. Na cidade de Goiás, a Ordem dos Pregadores iniciou sua segunda fundação ao assumir as responsabilidades da igreja de Nossa Senhora do Rosário e se estabelecer em uma casa adjacente a ela, atendendo assim às expectativas de Dom Cláudio (AZZI, 1986).

Dessa maneira, em 1886, os primeiros frades Dominicanos, Frei Gabriel Devoisin, Frei Michel Berthet, Frei Domingos Nicollet e o Irmão leigo Frei Afonso Valsechini, chegaram a Porto Imperial, hoje Porto Nacional. Nesta cidade, em 20 de maio de 1886, fundaram o convento Santa Rosa de Lima, inicialmente em uma casa cedida à Diocese de Goiás por membros da oligarquia local, sendo posteriormente transferida para os dominicanos. Isso reflete o apoio da sociedade local à chegada dos padres franceses, uma vez que

buscavam melhorias nos cuidados com a fé, na educação e na formação de seus filhos (Bressanin, 2015).

Quase quatro anos após a chegada dos primeiros Dominicanos a Porto Nacional, em 25 de abril de 1890, a Província de Toulouse reconheceu oficialmente a missão de Santa Rosa de Lima nessa cidade. Em Porto Nacional, os Dominicanos assumiram as responsabilidades da paróquia de Nossa Senhora das Mercês e passaram a cuidar de uma extensa área, que se estendia desde o arraial de Descoberto (atual Porangatu) até o antigo extremo norte de Goiás.

É importante destacar o número limitado de padres diocesanos na antiga região norte de Goiás. Eles percorriam toda essa área, pregando missões, oferecendo assistência espiritual ao povo católico disperso pela região, seja nas cidades, nas áreas rurais ou nas matas, atendendo, inclusive, as comunidades indígenas. Para prestar assistência à população no antigo norte de Goiás, os frades Pregadores contavam com apenas dois meios de transporte: o burro ou o barco. Essas viagens levavam dias, senão meses, seja montando um burro sob o intenso sol inclemente do Norte, ou navegando em barcos a remo nas águas do Tocantins, que apresentavam perigos significativos. Muitos frades enfrentaram naufrágios, e alguns perderam suas vidas nesse desafio árduo e perigoso (Bressanin, 2015).

Viajar muitos dias por estradas precárias ou por rios tortuosos e perigosos representava uma verdadeira aventura. Os frades partiam de seu convento, guiados pelo fervor missionário, sem se deixar abalar pelos sofrimentos da jornada angustiante, permanecendo indiferentes às dificuldades da caminhada extenuante. Durante dias, percorriam estradas desertas e trilhas sinuosas, atravessando matas inóspitas e repletas de perigos. Aos olhos humanos, essas jornadas se assemelhavam a verdadeiras viagens de tortura e martírio. No entanto, para o missionário, todo esse sofrimento era encarado como uma graça divina (Santos, 1996).

Os aludidos frades pregadores eram hábeis pregadores do santo evangelho e devotos da Virgem Maria. Buscando a perfeição na vida comunitária e na prática da pobreza, esses frades foram agentes essenciais na introdução e consolidação do movimento reformador na Diocese de Goiás, especialmente na região do antigo norte de Goiás (Maya, 2003).

Entre outras realizações dos Dominicanos em Porto Nacional, destaca-se a construção

da futura catedral de Nossa Senhora das Mercês entre os anos de 1894 e 1903, liderada por Frei Bartolomeu Meirinho (Frei Berto). Além disso, ressalta-se a construção e instalação do Convento Santa Rosa de Lima, que atualmente abriga o seminário diocesano, servindo como residência para os dominicanos durante sua permanência no sertão goiano.

Outras contribuições incluem a abertura da estrada de Porto Nacional a Conceição do Araguaia por Frei Domingos Carrerot, em suas missões missionárias ao longo dos quase 400 km entre as duas cidades, as atividades de desobriga por toda a região, o ensino de música e a atuação nas escolas primária e secundária, entre outras iniciativas (Giraldin, 2002).

Uma contribuição substancial dos frades Dominicanos para Porto Nacional e região foi na área da educação. Antes da chegada dos Dominicanos, a cidade já possuía escolas públicas. A primeira foi estabelecida em janeiro de 1830 pelo Conselho Geral da Província e só foi instalada em 1840, atendendo exclusivamente a crianças do sexo masculino. Foi somente em 1864 que foi fundada a primeira escola pública para meninas (Godinho, 1988). Em 1905, foi fundada a casa de Formosa, responsável pela ligação entre Goiás e Porto Nacional (Lustosa, 1981).

O interesse de Dom Cláudio pelo interior de Goiás propiciou as viagens missionárias e fomentou a agenda de territorialização dos Dominicanos, a qual teve início com a projeção da fundação de um convento no município de Porto Imperial, uma das cidades mais importantes do norte de Goiás. À época, a construção do convento era uma necessidade da população, mas também estava relacionada à tentativa de moralização do clero secular e, ao mesmo tempo, à necessidade de exercer controle sobre a religiosidade dos sertanejos (Silva, 2020).

Pode-se então afirmar que a presença dos frades Pregadores em Porto Nacional foi muito produtiva. Os frades Dominicanos plantaram as sementes de uma educação humanizadora e fundamentada, especialmente nas áreas de religião, filosofia, teatro, música, esportes, artes plásticas em geral e nas línguas do velho mundo. Além de se dedicarem à educação dos habitantes de Porto Nacional por meio da catequese e da colaboração com as irmãs no Colégio Sagrado Coração de Jesus, os frades Pregadores assumiram a reitoria do Seminário Diocesano São José e do Externato Santo Tomás de



Aquino após a instalação definitiva da Diocese de Porto Nacional, ambos fundados em 1922 por Dom Domingos Carrerot, o primeiro bispo diocesano dominicano (Rodrigues, 2007).

Na missão no antigo norte de Goiás, os Dominicanos foram responsáveis pela criação de diversas instituições culturais, tais como a lira Santa Tereza, a banda de Música Santa Cecília, o coral da catedral, o teatro São José e a união dos Moços Católicos de Porto Nacional, fundada em 12 de outubro de 1921. Essa última tinha como propósito reunir a juventude católica e orientá-la nos princípios cristãos e sociais, encaminhando-os pelo caminho do civismo (Dourado, 2010).

A colaboração dos Dominicanos na produção de jornais também foi significativa. Porto Nacional viu o surgimento de importantes periódicos, com destaque para a Folha do Norte em 1891, *O Incentivo* em 1901 e *O Norte de Goyaz* em 1905. Além de participarem ativamente desses jornais com contribuições sobre religiosidade e educação, os frades Pregadores fundaram o jornal *Folha dos Moços* em 1930, que era editado pelos alunos da Escola São Thomaz de Aquino e dirigido na época por Fr. Bertrand Maria Olléris (Dourado, 2010).

A presença dos frades Dominicanos em Porto Nacional deixou um legado significativo. Diversos membros notáveis da Ordem passaram pelo convento Santa Rosa de Lima, deixando suas marcas na história da região. Alguns deles incluem: Frei Gil Vila Nova conhecido como o “Apóstolo do Araguaia” e fundador da cidade de Conceição do Araguaia; Frei André Bladgé, renomado pela fabricação de pílulas e xaropes; Frei Rosário Melisan, o responsável pela construção da catedral de Nossa Senhora das Mercês e fundador e professor na escola secundária; Frei Angelo Dargainattz que desapareceu na cachoeira do Funil, no Rio Tocantins, em 1905; Frei Salvador Sá, o responsável pelo início das obras do convento Santa Rosa de Lima; Frei Reginaldo Tournier, geógrafo, que elaborou o mapa geográfico mais completo de Goiás, além de ser o arquiteto do prédio do Seminário São José; Frei José Maria Audrin, biógrafo de Dom Domingos Carrerot, criador da lira de Santa Tereza, da união dos Moços Católicos, da confraria do Rosário e da Ordem Terceira dos Dominicanos; Frei Antonio Salá, o catequista entre os indígenas do Araguaia e do Xingu; Frei Bertrand Oléris sustentáculo do Externato São Tomás de Aquino; Frei Gil Gomes

Leitão, o responsável pela catequese dos índios Gaviões, Xicrins e Surius, além de organizar clubes esportivos em Porto Nacional; Frei Thiago e Frei Gregório, irmãos leigos, dedicados à música; Frei Domingos Nicollet, conhecido como “Frei Domingão”, professor querido pelos portuenses; Frei Bartolomeu Meirinho, conhecido como “Frei Berto”, construtor da Catedral Nossa Senhora das Mercês; Frei Domingos Carrerot, conhecido como “Frei Dominginho”, abriu a estrada entre Porto Nacional e Conceição do Araguaia, no Pará, onde trabalhou na catequização dos índios e tornou-se o primeiro bispo da Diocese de Porto Nacional; e Frei Alberto Veneri, Gregório Aleixo, Pedro de Sousa, Luis Palha, Nicolau Casagrande entre muitos outros (Godinho, 1988).

Durante o período em que a missão Dominicana esteve em Porto Nacional, de 1886 a 1938, os frades Pregadores desempenharam um papel fundamental no impulso à produção cultural dos habitantes de Porto Nacional. Foi com a presença deles que teve início um trabalho mais dedicado na formação do povo tocantinense (Piagem; Souza, 2000).

A presença da ordem religiosa Dominicana em Porto Nacional transformou esta cidade em um centro de difusão espiritual e cultural para todo o norte de Goiás. Conforme Maya (2004), ocorreu efetivamente um processo de civilização. Ao longo dos pouco mais de 50 anos nos quais os religiosos franceses estiveram presentes em Porto Nacional, a cidade foi gradualmente se adaptando às ideias e ao modo de vida desses frades.

Os espaços nos quais os dominicanos atuaram no Brasil não se restringiram à diocese de Goiás, mesmo incluindo o “Triângulo Mineiro”. Após a fundação de uma rede de conventos no estado de Goiás, os frades fundaram o Centro Catequético indígena e foi desse núcleo que nasceu a futura vila e cidade de Conceição do Araguaia em 1896 (Caixeta, 2014).

É importante destacar que a atuação dos dominicanos na reforma católica da Diocese de Goiás se preocupou em instaurar “a pureza de costumes” nos moradores da diocese e do clero. Isto porque na percepção dos Dominicanos uma das práticas vistas como profanas e exercida pelos padres seculares era a manutenção de mulheres nas casas eclesiais com vistas a satisfazer os prazeres da carne, o que serve de reforço para o argumento de que os frades dominicanos buscavam, pela demonstração de uma vida

sem máculas e exemplar, de forma simbólica, territorializar as condutas, ritos e a doutrina religiosa no estado de Goiás (Caixeta, 2013).

Em resumo, por uma ótica simbólica, a intenção dos frades era dominar o território valendo-se do controle das práticas dos padres seculares e se apropriar do território, o que conseguiam por meio da construção de uma relação de proximidade com a população sertaneja que, na percepção dos dominicanos, estava em condição de abandono espiritual.

### Considerações Finais

Em um período em que o catolicismo no Brasil estava difuso, observando-se ritos e tradições populares muitas vezes contrários aos dogmas da Igreja, a Reforma Católica mostrou-se uma ação estruturada e de grande impacto no mundo. Contudo, no Brasil, as observâncias tridentinas ainda não eram uma realidade. O Padroado era forte, oficialmente, e nos sertões do país, prevaleciam os ritos populares, manifestando-se num sincretismo religioso. Daí a mobilização do clero para reverter esse cenário.

Em Goiás, onde muitas dessas questões se sentiam mais amplamente, realizou-se um grande trabalho de reforma, com a diocese trabalhando ativamente para conscientizar o povo e as autoridades da doutrina católica e da suprema autoridade papal.

Dentre os bispos atuantes na Diocese, alguns se destacaram, mas nenhum deles como Dom Cláudio. Esse bispo, além de sua importante atuação missionária, foi responsável por arregimentar ordens religiosas ao serviço ultramontano, dentre as quais os Dominicanos sobressaíram, por terem sido responsáveis por várias obras e pela difusão dos ideais reformistas.

Assim, os frades Dominicanos deram uma valiosa contribuição à sociedade goiana: edificações, escolas, igrejas, livros escritos, jornais, cidades, além do impacto de suas ações desbravando os sertões de Goiás para difundir o cristianismo tal qual a reforma almejava.

Algumas das principais contribuições incluem o fortalecimento da fé católica, a educação religiosa, a construção de igrejas e infraestrutura religiosa, a organização de

eventos e celebrações litúrgicas, influência na cultura e identidade local, e o apoio às classes desfavorecidas.

Os Dominicanos desempenharam um papel crucial na promoção e fortalecimento da fé católica na região, tendo em vista que suas atividades missionárias e pastorais contribuíram para a consolidação da Igreja Católica como uma instituição central na vida espiritual da população.

A Ordem dos Dominicanos estava historicamente envolvida na educação e, em Goiás, desempenharam um papel importante na criação de escolas e na promoção da educação religiosa, o que teve um significativo impacto na formação moral e intelectual da comunidade local.

Os Dominicanos foram responsáveis pela construção de igrejas, capelas e outros locais de culto em Goiás, estruturas que serviram não apenas como centros de devoção, mas também como símbolos visíveis da presença e influência da Igreja Católica na região.

Acrescente-se que a Ordem dos Dominicanos desempenhou um papel ativo na organização de eventos litúrgicos, celebrações religiosas e festividades católicas, o que não apenas fortaleceu a vida espiritual da comunidade, mas também ajudou a criar um senso de identidade católica compartilhada. Consequentemente, a presença dos Dominicanos contribuiu para a formação da identidade cultural e religiosa em Goiás. Suas atividades moldaram a maneira como a fé católica era praticada e integrada à vida cotidiana da população.

Em síntese, a atuação dos Dominicanos na Reforma Católica em Goiás deixou um legado duradouro, influenciando não apenas a esfera religiosa, mas também a educação, a cultura e o desenvolvimento social na região, mudando o curso da diocese e do cristianismo no estado de Goiás, cujos impactos culturais e históricos se estendem até os dias atuais.

## Referências

AQUINO, Maurício. Romanização, historiografia e tensões sociais. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2011.

AZZI, Riolando. Os dominicanos durante a época imperial. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, Oscar (org.). *Os religiosos no Brasil: enfoques teóricos*. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (org.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008. p. 18.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. *Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás*. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CAIXETA, Vera Lúcia. *Os sertões em ruínas? Imagens do Norte de Goiás nas narrativas de Arthur Neiva e Belisário Penna*. Curitiba: CRV, 2013.

CAIXETA, Vera Lúcia. *Médicos, Frades e Intelectuais: Leituras Sobre o Brasil Central (1882-1935)*. Curitiba: CRV, 2014.

COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. 2016. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

DIOCESE DE GOIÁS. *História da Diocese de Goiás*. s.d. Disponível em: <https://www.diocesedegoias.org.br/diocese/historia>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DOURADO, Benvinda Barros. *Educação no Tocantins: ginásio estadual de Porto Nacional*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DREHER, Martin Norberto. *A Crise e Renovação da Igreja no Período da Reforma*. 4. ed. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1996.

GIRALDIN, Odair. *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

GODINHO, Durval. *História de Porto Nacional*. 1988. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/historico>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. *Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)*. 2018. 469 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

LUSTOSA, Frei Oscar Figueiredo. *Os Dominicanos e a Igreja no Brasil. Cem anos de presença*. In: Os Dominicanos. São Paulo: Província São Tomás, 1981.

MAYA, Antônio Luiz. *Reminiscências sociais portuenses*. Goiânia: GEV, 2003.

PLANS, Juan Belda. Reforma católica y Reforma protestante: su incidencia cultural. *Hipogrifo: Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro*, v. 7, n. 2, p. 333-347, 2019.

PONTES, Hildebrando. *A Ordem de São Domingos de Gusmão no Brasil*. Uberaba: Dominicanos, 1931.

QUADROS, E. G. de. *A diferença fabricada: um estudo sobre o processo de romanização em Goiás*. In: X Simpósio da ABHR, UNESP–Assis, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Edivaldo de Souza. *Pedras de Fogo*. Porto Nacional: Martmonter, 2007.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Dai a César o que é de César e ao Papa o que é do Papa: a Reforma Ultramontana no Segundo Reinado*. In: 1º Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2014, p. 1-22.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma. *Temporalidades*, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010.

SANTOS, Leila Borges Dias. *Ultramontanismo e catolicismo popular de 1865 a 1907 à luz da sociologia da religião*. 2004. 222 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

SANTOS, Leila Borges Dias. Disputa pelo sagrado em Goiás em fins do século XIX: o catolicismo oficial dos bispos ultramontanos e o catolicismo popular dos leigos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, n. 3, p. 347-380, jan. 2009.

SANTOS, Miguel Archangelo Nogueira dos. *Missionários redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de reforma e de restauração católicas (1894-1944)*. 1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SANTOS. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. 1996. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

SCOLARO, Arcangelo. *A religião como práxis libertadora: Diocese de Goiás 1970-1980*. Anais da Semana de Integração Acadêmica, v. 1, n. 1, p. 148-153, 2013.

SILVA, Adilson Rodrigues da. *Religião, religiosidades e resistências: a criação da ordem dominicana e sua territorialização nos vales do Rio Araguaia e Tocantins*. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020.

SILVA, José Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SILVA, Leonardo Vinícius Sfordi. A literatura ante guerras, fogueiras e decretos: uma discussão histórica da censura literária. *Revista Magistro*, v. 2, n. 24, p. 20-34, 2021.

SILVA, Maria da Conceição; MOREIRA, Wellington Coelho. *Conjugalidades clericais na Diocese de Goiás, 1824-1907*. *História*, São Paulo, v. 29, p. 170-196, 2010.

SOUSA NETO, Marcelo. Em nome da fé; em nome dos bens: a criação da Diocese do Piauí (1822-1903). *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 4, n. 10, maio 2011.

SOUZA, Emãnuel Luiz et al. O padre Luís da Gram e a Inquisição no Brasil colonial quinhentista. *Revista de História da UFBA*, v. 4, n. 1, p. 3-31, 2012.

Data de submissão 02/06/2024

Data aprovação 12/02/2025